

Desafios do século XXI à historiografia*

21th century challenges to historiography

Georg Iggers**

Professor Emeritus
iggers@acsu.buffalo.edu
University at Buffalo
546 Park Hall
Buffalo - NY
14260
United States of America

Resumo

Este artigo se propõe a examinar os desafios enfrentados pela historiografia no início do século XXI. Tais desafios resultam de questões teóricas, políticas e culturais acumuladas desde a segunda metade do século XX, e que podem ser resumidas nos seguintes eixos: o problema do giro lingüístico, o surgimento das pesquisas sobre gênero relacionadas aos movimentos feministas, a guinada rumo a uma história universal em meio à permanência dos nacionalismos, a articulação pós-moderna da relação entre história e ciências sociais, e, por fim, o impacto da globalização na estruturação das ciências sociais como forma de conhecimento.

105

Palavras-chave

Historiografia do século XX; Ciências sociais; Giro lingüístico.

Abstract

This article examines the challenges that 21th historiography is confronted with. These challenges come from theoretical, political and cultural issues accumulated since the second half of 20th century and can be resumed as follow: the linguistic turn, the emergence of researches concerned with gender related with feminist movements, the change to a universal history in a persistent nationalistic environment, the post-modern articulation between history and social sciences and the impact of globalization in the structure of the Social Sciences as a form of knowledge.

Keyword

21th century historiography; Social sciences; Linguistic turn .

Enviado em: 27/10/2009

Autor convidado

* Traduzido por Estevão Chaves de Rezende Martins e Pedro Spinola Pereira Caldas.

** O Prof. Dr. Georg G. Iggers é um dos mais destacados historiadores e teóricos da História contemporâneos. Versão anterior deste texto foi publicada como posfácio, em 2007, à nova edição do clássico de Iggers sobre a ciência histórica no século XX: **Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert**. Ein kritischer Überblick im internationalen Zusammenhang. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007 (N.T.).

A queda do Muro de Berlim e o subsequente dismantelamento do império soviético foram marcantes também para a historiografia. Esses acontecimentos causaram grandes impactos sobre os arranjos políticos e econômicos pelo mundo afora. O pensamento histórico e a historiografia dos anos 1990 e do início do século XXI não ficaram imunes a esses vastos reordenamentos. A dissolução da União Soviética representou não apenas o fim da Guerra Fria do ponto de vista político e militar, mas abriu, igualmente, o caminho para que o mundo viesse a ser profundamente embebido pelo capitalismo financeiro. O fracasso do socialismo de feição soviético contribuiu, ademais, para a decadência do marxismo como filosofia social alternativa. Essa decadência começara, contudo, ainda antes, com o surgimento de outras opções teóricas com os mais diversos matizes intelectuais, marcadas pelo pensamento ecológico, pelo feminismo ou por questões étnicas que vieram a colocar gradualmente o marxismo em cheque. Essas teorias se mantiveram após 1990 e ganharam mesmo em força de convencimento.

No verão europeu de 1989, pouco antes dos acontecimentos dramáticos que ocorreram no leste europeu no outono desse mesmo ano, o cientista político Francis Fukuyama, no ensaio "The End of History", proclamou triunfalmente a vitória dos valores políticos e econômicos do Ocidente como coroamento final da história. Ele previa um reconhecimento universal, mesmo se alcançado gradualmente, das instituições democráticas e do livre mercado conforme o modelo americano. Ao menos em um aspecto a profecia de Fukuyama foi parcialmente confirmada: a expansão do capitalismo de modelo ocidental para vastas regiões do mundo, iniciada já em 1989, passou por uma impressionante aceleração no leste e no sudoeste da Ásia, com a opção chinesa e vietnamita pelo livre mercado. Ao longo desse processo espalharam-se ainda mais o modo ocidental de viver e sua cultura de consumo. Tudo isso, porém, não conduziu à democratização (com algumas exceções, em especial Taiwan e a Coreia do Sul).

Também se revelou como muito otimista a previsão de Fukuyama de uma paz mundial sob as novas condições dadas após o fim da Guerra Fria. Os anos transcorridos desde 1989 se caracterizam, em um plano internacional, por novas formas de conflitos bélicos: diferentemente da Guerra Fria, os novos confrontos não se dão entre Estados (mesmo na Guerra do Vietnã havia ainda lutas entre Estados e exércitos, o norte-americano e o norte-vietnamita), mas, especialmente no Oriente próximo, nos Bálcãs e nas antigas repúblicas soviéticas situadas na Ásia, entre inimigos sem fronteiras claramente definidas e sob o emprego de armas terroristas não convencionais. Samuel Huntington, em "The Clash of Civilizations" estipulou um conflito insolúvel entre o Islã e o Ocidente; neste caso, ele trabalhou com um conceito de islamismo grosseiramente simplificado, que desconsiderou não somente as diferentes situações existentes no mundo islâmico, bem como não levou em conta os efeitos da modernização, o significado de fatores econômicos e as relações recíprocas entre sociedades islâmicas e o Ocidente moderno. Não se deve esquecer também do crescente

abismo social e econômico dentro das sociedades ocidentais, a desmontagem do estado de bem estar social e, sobretudo, a renúncia à tarefa de lutar contra a pobreza em grande parte de África, da Ásia e da América Latina; assim como contra a pobreza permanente e, em parte, crescente, nos EUA e na Europa.

Tudo isto mostra que precisamos de uma nova forma de escrita da história para compreender nossas atuais condições de vida, que se diferencia de muitas maneiras da situação anterior a 1989. A pesquisa histórica não deve encarar somente as forças homogeneizadoras da globalização, mas também as formas econômicas e culturais de resistência a este processo. Por tal razão, o sinólogo americano Arif Dirlik defende a idéia de que a globalização, nas áreas da tecnologia e da economia, é acompanhada por uma tendência à grande diversidade cultural (cf. DIRLIK 2002).

A historiografia, depois de 1990, também foi obrigada a informar novos caminhos – no que ela naturalmente estabelece uma continuidade clara em relação à historiografia precedente. Dos anos turbulentos dos movimentos de protestos nos anos sessenta até o fim da Guerra Fria em 1991, a escrita e o pensamento históricos vivenciaram mudanças profundas nos anos setenta e oitenta. Parte desta reorientação foi dada pela crítica dos métodos das ciências sociais, que determinaram a pesquisa histórica nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Esta crítica, por seu turno, se deu juntamente a um sentimento geral de insatisfação com o mundo ocidental, com a expansão de sua economia industrial capitalista e a subsequente destruição do meio-ambiente; com a desigualdade tanto econômica quanto social; com a cultura comercial de massa e com a ampliação de sua influência com meios econômicas e militares sobre as partes menos desenvolvidas do mundo. Aí precisamos ter em vista que os historiadores do período referido, em grande parte pertencem ao *establishment* acadêmico, cujas perspectivas não necessariamente reproduzem aquelas de grandes parcelas da população; em última instância, eles se identificam largamente com o *status quo*.

No início do período após 1990, todavia, certas idéias encontraram ampla aceitação entre os historiadores. Pertencem a estas idéias a recusa à crença na superioridade cultural do Ocidente como ápice do desenvolvimento histórico, largamente difundida desde o Iluminismo até o segundo terço do século XX. Esta superioridade não consistiria somente em um progresso técnico e cultural, mas também em liberdade civil e representação popular. Em suma: liberdade e igualdade para todos como fundamento da civilização ocidental capaz de propiciar exemplo para o resto do mundo. O que tal modelo desconsidera, porém, é a longa história de violência e exploração exercida em nome dos valores ocidentais sobre povos não ocidentais. Na base de uma abrangente grande narrativa que culmina no mundo moderno – e essencialmente no mundo ocidental – como resultado de um grande processo histórico estabelecido, tal concepção de história encontrou expressão em diferentes teorias das ciências sociais de cunhagem não somente neoliberal, mas também marxista; e justamente esta concepção de história foi posta em questão, não somente fora do Ocidente, mas também

no próprio Ocidente, e deram lugar a posições que, outrora dominadas e colonizadas pelo Ocidente, vislumbravam um pluralismo cultural.

Chegamos, então, aos desenvolvimentos mais importantes na historiografia, provenientes do confronto com estas condições modificadas. Após o fim da Guerra Fria, podemos estabelecer cinco tendências ou referências: 1) o duradouro giro lingüístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização.

O giro cultural e lingüístico

Nos anos setenta e oitenta, surge no Ocidente, mas também no pensamento pós-colonial na Índia e na América Latina, o assim chamado “giro cultural” (*cultural turn*), que no Ocidente esteve estreitamente ligado com o “giro lingüístico”. O cerne de ambos os “giros” formou a crítica da crença comum de todos os historiadores profissionais dos dois séculos anteriores: de que por meio da pesquisa sistemática se obtinha um saber objetivo. Nos anos 1970 e 1980, os historiadores começaram cada vez mais a apontar para o fato de que a concentração em fatores quantitativos econômicos e sociais, característica para o marxismo e para as ciências sociais, não seria adequada para a representação (*Darstellung*) histórica, porquanto esta deveria levar em conta antes o significado da cultura e da linguagem para as construções conceituais da realidade em constante mutação. Logo que a pesquisa empírica passou a dispor de computadores, disseminou-se o ceticismo quanto à sua utilidade para a compreensão do mundo histórico. Tinha-se a concepção de que a uma explicação histórica haveria de considerar cada vez mais aspectos qualitativos que escapavam ao cálculo de um computador. Novas abordagens despediam-se de uma análise macro-social anônima e de um processo macro-histórico rumo a uma atenção sobre diferentes aspectos micro-históricos extraídos da vida cotidiana de homens normais. Pela primeira vez, a mulher e as relações de gênero tiveram um papel relevante. Também as classes inferiores não receberam atenção somente como objeto de opressão econômica e social, mas também como objeto de opressão cultural. Esta nova pesquisa tinha um tom político, que remete aos confrontos dos anos sessenta e que se dirigia ao que foi proclamado no Ocidente como “história vista de baixo” e na Índia como *subaltern studies*¹ e que exerceria influência decisiva nos anos oitenta na pesquisa histórica da América Latina e em partes da África situadas ao sul do Saara. Por mais próximas que estas idéias estivessem do marxismo, elas não preservaram do legado marxista a ambição de uma explicação da sociedade e da história, mas antes a sua crítica ao papel do capitalismo como força efetiva que mantém e

¹ Em inglês no original. N.T.

amplia, nacional e internacionalmente, a injustiça social em partes do mundo que acabavam de sair do controle das potências coloniais.

Estas guinadas em direção ao papel da cultura e da linguagem foram, para a pesquisa histórica, igualmente úteis e danosas. As discussões dos anos setenta e oitenta chegaram à conclusão de que não seria possível um entendimento dos desenvolvimentos político e econômico sem que se considerasse fatores culturais, aí incluído o papel da linguagem, desprezado pelas ciências sociais e pelo marxismo. Mas formas radicais de culturalismo minaram de maneira significativa a própria possibilidade da pesquisa histórica: não somente através do desprezo do contexto político e social da cultura verificado em muitas investigações de orientação cultural, mas também em sua crítica às abordagens sócio-econômicas, nas quais estas pesquisas viam, com Foucault, instrumentos de poder para a manutenção da hegemonia social. A rejeição às ciências sociais carregou em seu escopo a afirmação de que seria vã toda tentativa de reconstruir o passado, porquanto não há um passado verdadeiro. Toda representação histórica é, como Hayden White expressiu, um produto da imaginação poética (cf. WHITE 1991). Com isto, não pode ser provada a verdade ou falsidade destas representações. Teóricos – como o filósofo holandês Frank Ankersmit – clamaram ainda nos anos 1990 por um retorno à retórica e um afastamento da pesquisa (Cf. ANKERSMIT 1994, 2002). Em um artigo publicado em 1994 na revista “History and Theory”, o filósofo indiano Ashis Nandy (Cf. NANDY 1995) defendeu a concepção de que a orientação secular da historiografia moderna é co-responsável pelos horrores do século XX, e clamou por um retorno a uma história enraizada no mito e na poesia. A partir da perspectiva do giro lingüístico, a linguagem não era reflexo de um passado histórico, mas antes o passado seria uma criação da linguagem. Uma tal concepção não oferece qualquer brecha para uma reconstrução realista do passado.

Mas um culturalismo tão radical se encontrava mais nos escritos teóricos da crítica literária, assim como, mesmo que em menor medida, mais na antropologia cultural do que na historiografia. Lawrence Stone, que, em seu influente artigo de 1979, “The Revival of the Narrative”,² se pronunciou contra as abordagens provenientes das ciências sociais e a favor da cultura como “ator importante nas transformações”, criticou em 1991 a teoria do conhecimento do relativismo radical, em que culminou o giro lingüístico e cultural (Cf. STONE 1991). De fato, sem pesquisa não pode ser feita nenhuma historiografia séria, e a pesquisa se baseia na pressuposição de uma realidade histórica, mesmo quando ela leva em consideração a complexidade do saber histórico, que permite apenas uma construção, e não uma reprodução fiel do passado. Mas face aos desafios de um mundo em modificação, desde 1990 diminuiu a influência do culturalismo extremado e do giro lingüístico na teoria das ciências sociais e também na teoria da historiografia. Lynn Hunt, que, com seu livro sobre a Revolução Francesa publicado em 1984, deu um impulso importante para a inserção de perspectivas culturais na ciência histórica – sem,

² The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. In: **Past and Present** 85 (1979), p.51.

porém, abandonar qualquer obrigação com a pesquisa – foi co-organizadora, em 1999, de uma antologia cujo título era “Beyond the Cultural turn” (Cf. BORNELL & HUNT 1999). Ali, ela chegou à conclusão que, com exceção de Hayden White, todos os mais importantes culturalistas dos anos oitenta, que se faziam representar na coletânea, recuavam perante seu relativismo epistemológico radical, sem, porém, desistir de seu interesse pela cultura. Uma observação semelhante fez, em 2005, Gabrielle Spiegel, em uma compilação de artigos atuais dos principais representantes do giro lingüístico: “25 anos depois do giro lingüístico, constata-se um sentimento crescente de insatisfação com sua exposição excessivamente sistemática das operações lingüísticas em todas as áreas da ação humana” (SPIEGEL 2005, p.3).

História feminista e de gênero

Como já foi constatado, a perspectiva cultural se presta, em certa medida, a uma “história vista de baixo” que também inclui a história das mulheres. E o culturalismo obtém, em contrapartida, uma forte adesão de historiadoras feministas. As historiadoras feministas desempenharam um papel importante na nova história cultural. Desde os anos 1980, não somente as temáticas sobre mulheres e gênero adquiriram crescente importância na historiografia, mas também as sobre raça, etnia e pertencimento de classe. O interesse por mulheres, pelas temáticas de gênero e pela sexualidade aumentou significativamente, nos anos 1990, na Europa ocidental, na América Latina, na Índia, no Oeste asiático e no Oriente Médio. Mas em nenhum outro lugar esta área de concentração foi tão predominante quanto nos Estados Unidos, como ficou claro, entre outros casos, no encontro anual da *American Historical Association*, ocorrido em janeiro de 2007: Nessa ocasião, inúmeras sessões documentaram o interesse por mulheres e identidades sexuais (também as masculinas). Além disto, foi dedicada atenção aos temas do tráfico escravo e da escravidão, incluindo aí seus aspectos sexuais. Estes temas foram abordados a partir de uma perspectiva transnacional e global, na qual foi reservado um lugar central para a comparação entre diferentes sociedades não ocidentais; faltou quase completamente uma consideração do contexto político e econômico da sexualidade. Os historiadores ativos na área possivelmente contestariam tal abordagem e alertariam que, para eles, o conceito de “poder” é altamente político e que na história das mulheres ou de gênero, trata-se sempre de hierarquias de poder. Uma grande parte desta historiografia, porém, dedica pouca atenção aos ramos institucionais tradicionalmente “masculinos” do poder, do governo e da economia.

Esta limitação vale também para a série “Women and Gender History in Global Perspective”, uma série de novas publicações sobre “família, religião, raça e etnicidade”, que é publicada pelo *American Historical Association Committee on Women Historians* e organizada por Bonnie Smith. Smith escreve:

Os anos setenta nos trouxeram a história das mulheres, os oitenta a consciência para o gênero; a última década do milênio finalmente nos chamou

a atenção para a necessidade de uma perspectiva global e comparada sobre a história do gênero e das mulheres na pesquisa e no ensino” (SMITH 2006, p. vii).

De fato, os anos 1990 vivenciaram uma ampliação da história social, na qual as temáticas da mulher e do gênero adquiriram atenção muito maior. Atenção ainda maior foi atribuída às condições de vida das mulheres além das fronteiras nacionais, aí incluindo sociedades de passado colonial.

A fundação, em 1990, do periódico internacional “Gender and History” foi sintomática para a nova orientação da história das mulheres e de gênero. Nas palavras do editorial do primeiro número: “Nosso esforço especial se dirige ao apoio a pesquisas que não se ocupem somente com mulheres e gênero, mas que se confrontem com questões como outros fatores reforçaram e cunharam as representações de gênero e as experiências de mulheres” (EDITORIAL COLLECTIVE 1989, p.1). Ao se passar em revista os livros mencionados nos periódicos internacionais especializados em história, vê-se que os estudos históricos abordam cada vez mais temáticas de gênero. E também foi cada vez mais abandonada a nítida divisão, praticada pela historiografia tradicional, entre as esferas pública e privada, que atribuía significado histórico a uma esfera pública quase exclusivamente masculina, e desprezava a vida cotidiana das mulheres no trabalho doméstico e no mercado, tratando-a como irrelevante. Por mais que esta mudança em grande parte já tivesse ocorrido antes de 1990 na historiografia anglófona, francófona, italiana e escandinava, permaneciam ainda antigas concepções em grande parte da literatura especializada. É o caso do abrangente dicionário alemão “Geschichtliche Grundbegriffe” (1972-1996), que analisa a alteração dos conceitos fundamentais entre 1750 e 1850, assim como seus efeitos sobre a política e sociedade alemãs, mas não inclui sequer um conceito relacionado a gênero, ainda que a emancipação feminina seja citada em alguns artigos (cf. BRUNNER, CONZE, KOSELLECK 1972-1997).

111

Este interesse pela história das mulheres e de gênero se distancia da teoria marxista da história apesar de seguir parcialmente, mesmo que na maioria das vezes não o admita, a ideologia marxista. O determinismo econômico da teoria marxista é criticado – ainda que somente de maneira parcial. A historiografia feminista persegue quase sempre objetivos políticos. Ela aponta para o fato de como as mulheres, desde o princípio dos tempos, foram oprimidas em todas as áreas da vida pelos homens e como esta opressão e exploração, sob o capitalismo, tornaram-se ainda mais intensas. Uma grande parcela das primeiras feministas chegaram mesmo a reconhecer o significado da classe, mas exigiam uma nova compreensão deste conceito para que fosse possível apreender a exploração e opressão capitalistas no campo específico do gênero. Segundo a perspectiva feminista, o marxismo ignorou largamente a questão do status oprimido das mulheres, que, com o advento do socialismo, deveria ser superado.³

³ Em **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado** (1883), Friedrich Engels ressaltou que a opressão das mulheres era, desde a antiguidade clássica, parte da história ocidental, e que, por isso, precede o capitalismo moderno. Ele viu sua origem na passagem da organização familiar matriarcal para a patriarcal, cujas características centrais eram a propriedade privada e sua respectiva herança

A historiografia de orientação feminista e de gênero dos anos noventa seguiu a nova tendência da historiografia em geral, que reservou um lugar central para o papel do gênero.

Um outro aspecto essencial da historiografia após 1990 consistiu na ampliação, iniciada nos anos 1970 e 1980, da história vista de baixo, que agora não abrange somente a temática de gênero, mas também partes “subalternas” da população. Isto levou a uma crítica de uma concepção, igualmente defendida por marxistas e não marxistas até bem entrado o século XX, de que a civilização ocidental é uma norma, que, em última instância deveria valer também para o mundo não-ocidental. Como parte das tendências historiográficas depois de 1990, a historiografia feminista migrou para o mundo não-ocidental e ressaltou as conseqüências do imperialismo, em que à problemática do gênero foram somadas, em sua visão de história, questões de raça e de etnicidade. Também fora dos Estados Unidos, especialmente na América Latina e na Índia, e, em menor escala, na Europa ocidental, os estudos históricos seguiram linhas semelhantes às que, nos EUA, passaram a dar as cartas.

Uma nota conclusiva sobre a história das mulheres e de gênero: há uma contradição evidente entre o que muitas historiadoras feministas representam e o que elas efetivamente fazem. Muitos historiadores, de um lado, assumem para si aqueles aspectos da teoria pós-moderna, segundo os quais só existe texto e nenhuma realidade que lhes ultrapasse e, assim, nenhuma possibilidade de um aprimoramento objetivo de conhecimento sobre o passado; por outro lado, eles agem de modo tal como se houvesse um passado real, vão aos arquivos e aplicam teorias das ciências sociais para compreender o que neles encontram. Um bom exemplo disto é a própria Joan Scott, que insiste em afirmar que “uma política feminista radical” exige uma “teoria radical do conhecimento”, encontrada por ela nas posturas de Foucault e Derrida e sua relativização de todo saber. Por outro lado, ela é autora de algumas pesquisas sólidas sobre a história social da mulher na França na primeira metade do século XIX e sobre seu papel na política, pesquisas estas que contradizem o relativismo epistemológico.

112

A ocupação com a História Universal e com a História Global

A mudança da ciência histórica para uma história universal transnacional e transcultural começou antes de 1990, mas sofreu, desde então, um nítido impulso. Com o quase exclusivo uso do inglês como língua de comunicação, aumentou também a cooperação internacional entre os historiadores. Os pesquisadores trocam mais entre si, de modo que cientistas de países não ocidentais passaram a participar do debate; e alguns dentre eles foram chamados

- e que levou, com isso, à criação do Estado como protetor da propriedade privada. Mas Engels defendeu praticamente sozinho tal perspectiva. Ele também partiu da premissa de que o problema da opressão das mulheres seria abolido com a edificação de uma sociedade comunista. Tanto metodologicamente quanto no entendimento do processo histórico, a nova história feminista e de gênero rompeu com as tradições historiográficas mais antigas, especialmente com o marxismo, mas também com a orientação dada pelas ciências sociais.

para trabalhar em universidades de ponta na América do Norte, Grã-Bretanha e Austrália. Mas, ainda assim, constata-se uma desigualdade.

Obras importantes em língua inglesa e, em menor medida, em língua alemã e francesa, foram traduzidas em todas as línguas do mundo, inclusive naquelas faladas no Oeste asiático, no Oriente Médio e na América Latina. A Índia ocupa um lugar especial, posto que, desde a década de 30 do século XIX, o inglês se tornou por lá a língua oficial no governo e na ciência e os indianos estavam bem representados em universidades norte-americanas e européias (especialmente as britânicas). Infelizmente, apenas algumas poucas obras escritas em línguas não-ocidentais foram traduzidas para o inglês ou outras línguas ocidentais, o que teve por conseqüência o fato de os cientistas em países não-ocidentais conseguirem se manter atualizados sobre as principais discussões no Ocidente – especialmente as travadas em língua inglesa – e, por outro lado, os cientistas ocidentais em geral não conseguem acompanhar as discussões feitas em outros lugares, com exceção, talvez, daquelas de sua especialidade. A Índia representa mais uma vez uma exceção. A literatura especializada indiana em estudos pós-coloniais dos anos 1980 e 1990, sobretudo aquela dedicada ao “subaltern group”, ombreia com a literatura pós-moderna no Ocidente e exerce influência considerável sobre as discussões teóricas, assim como na historiografia no Ocidente e na América Latina. Nos últimos anos, universidades no Extremo Oriente (China, Japão, Coréia do Sul e Taiwan) organizaram conferências internacionais e, com isso, deram uma contribuição ativa para a discussão internacional. Ainda assim, o intercâmbio permanece limitado. E, muito mais do que nas ciências sociais, a história é escrita em línguas nacionais e para um público nacional.

Uma clara mudança desde o fim da Guerra Fria consiste na crescente atenção na história global e universal.⁴ História intercultural existia naturalmente muito antes dos modernos; basta pensar nas “Histórias” de Heródoto, na “Muqaddimah” de Ibn Khaldun e nos “Essais sur les moeurs” (Ensaio de uma definição dos costumes e do espírito das nações), de Voltaire. Mas a profissionalização da ciência histórica veio acompanhada de um nacionalismo intenso e vivenciou a mudança que fez a história se afastar tanto da história universal como da história regional, e se concentrar na nação e nos estados nacionais. Esta mudança se inseriu no contexto da nova fé na superioridade cultural e foi expressão de um nacionalismo arraigado.

A segunda metade do século XX vivenciou um novo fortalecimento da história universal, que, por seu turno, reflete o surgimento de uma sociedade de

⁴ Ver a discussão sobre as formas da história universal e seu desenvolvimento no pensamento e pesquisa históricos dos últimos anos em Patrick Manning: **Navigating World History: Historians create a global Past**. New York, 2003, assim como o artigo curto, porém bastante denso, de Jerry H. Bentley, *World History* em D.R. Woof. **A Global Encyclopedia of Historical Writing**, v.2. New York 1998, p.968-970; e, do mesmo autor, **The New World History**, In: Lloyd Kramer e Sarah Maza (org.). **A Companion to Western Historical Thought**. Oxford, 2002. p.393-416. Agradeço Dominic Sachsenmaier pelo manuscrito de seu artigo “Global History and Critiques of western Perspectives” (13. April 2006), que me foi de grande utilidade e que foi publicado anteriormente em uma edição especial dos **Comparative Education** sob o título “Comparative Methods in the Social Science”, 42 (2006), n.3, p.451-470.

uma sociedade de dimensões mundiais, em especial após a Guerra Fria (Cf. BENTLEY 1996). Uma primeira contribuição de grande significado para a investigação histórica sobre uma ampla interação e difusão cultural foi o livro de William H. McNeill, "The Rise of the West: A History of the Human Community", de 1963, que, apesar de seu título, estruturava-se comparativamente e foi um sinalizador para futuras obras de história universal. McNeill tratava de demonstrar que o contato entre diferentes sociedades e tradições culturais e sua subsequente troca de idéias e práticas representam um fator chave para a história universal. Em uma obra posterior, publicada em 1976 com o título "Plagues and Peoples", ele se dedica ao efeito das infecções e doenças contagiosas que ultrapassaram fronteiras sociais e culturais e aos rompimentos gerados por tais doenças em ordens políticas, sociais e econômicas específicas como fio condutor significativo da pesquisa histórica. Aqui foi tratado, praticamente pela primeira vez, de um tema até então ignorado que aborda fatores biológicos e de influência ambiental; tornou-se prontamente uma área importante de pesquisa.

Nos anos 1980 e, acima de tudo, após 1990, a história universal tomou duas direções. Uma delas foi fundada antes, nos anos 1970 e 1980, por cientistas sociais como André Gunder Frank, Eric Wolf e Immanuel Wallerstein, todos eles representantes da Teoria da Dependência e interessados nos efeitos do capitalismo ocidental moderno no resto do mundo. Assim como os teóricos da modernização, eles tomavam o desenvolvimento da economia capitalista e de um mercado mundial desde o século XVI como um elemento central para o entendimento da sociedade mundial moderna; mas eles também acreditavam que o crescimento capitalista se baseou na exploração do trabalho barato de países menos desenvolvidos e que este processo evitou que a população de tais países se libertasse da pobreza e da miséria. Segundo sua perspectiva, tanto o racismo como a opressão das mulheres se enraizavam na exploração econômica. Depois de 1990, as teorias explicativas do sistema mundial de fundamentação marxista saíram de moda como as teorias anti-marxistas de modernização; todavia, ambas sobreviveram, ainda que de maneiras distintas, conforme veremos em seu enfrentamento com a história global.

McNeill defende uma segunda orientação, que está menos interessada em fatores econômicos e políticos, e menos centrada na Europa e antes disposta a incluir épocas mais remotas. Estas idéias estão também por detrás do "Journal of World History", fundado em 1990, produto de uma cooperação internacional e organizado por Jerry Bentley. Esta revista, que contém também resenhas de livros relevantes, tornou-se o órgão internacional mais importante da nova história universal. Seu objetivo declarado, publicado na primeira página de cada edição, era um entendimento da história "a partir de uma perspectiva global", com os seguintes temas de concentração: "Migrações populacionais e flutuações econômicas em grande abrangência; transferências supraculturais de tecnologia, a disseminação de doenças contagiosas; comércio de longa distância assim como a divulgação de tendências religiosas, idéias e ideais". A ênfase nestes

temas domina até hoje a historiografia mundial. Patrick Manning, em seu "Navigating World History: Historians Create a Global Past", publicado em 2003 (cf. MANNING 2003), diferencia dois modos de abordagem da história mundial. A primeira segue métodos tradicionais, porquanto se orienta por civilizações, nações e pela história social. A segunda e mais recente abordagem, que Manning chama de "científico-cultural", "consiste na aplicação de novas fontes não-arquivais e de métodos das áreas como a biologia evolutiva, a pesquisa ambiental, a paleontologia, a arqueologia, a química, assim como da pesquisa em lingüística e literatura". Ambas as abordagens não se excluem mutuamente, mas, a partir da perspectiva de Manning, a segunda é mais promissora para a história universal.⁵ Uma parte significativa do periódico segue esta direção e reserva mais espaço para temas como violência e escravidão, enquanto espaço bem mais restrito é dedicado a métodos provenientes das ciências sociais, assim como a técnicas aplicadas por computador. Desde sua fundação em 1990 até o ano de 2007, muitos dos artigos publicados no periódico seguem a linha predeterminada por Bentley e Manning, na qual a ênfase na temática de gênero, circunscrita em um contexto sócio-cultural amplo, cresceu onde lhe foi possível.

O conceito de história global desfrutou de crescente simpatia especialmente após 1990; mas somente em 2006 fundou-se um "Journal of Global History". Até agora, não há um consenso sobre o que história global realmente signifique e a partir de qual ponto se pode falar de história global (cf. HOPKINS 2000). Em vários casos, o conceito de "história global" se sobrepõe ao de "história universal" a ponto de chegar à total identidade; mas a tendência é que ele tem sido usado mais amiúde para o período e também frequentemente para o processo de globalização desde o último terço do século XX (Cf. OSTERHAMMEL & PETERSSON 2003; SACHSENMEIER 2006). A história universal inclui a investigação de sociedades e culturas pré-modernas, o que é do interesse de ambos os periódicos; assim se pode apreender algo como a troca de matérias-primas, víveres e doenças na área do Pacífico muito antes da chegada dos europeus. Para a prática da ciência histórica, isto significou que os historiadores, cada vez mais, ultrapassaram as fronteiras nacionais e se ocuparam com sociedades e culturas além do mundo ocidental. Mas também o clima e o meio-ambiente desempenharam um papel importante, sobretudo, para pesquisas comparadas sobre épocas historicamente remotas. Também estes temas cabem no "Journal of Global History". O editorial do primeiro número deste periódico e o seu ensaio histórico subsequente tentam determinar seu papel específico (O'BRIEN 2006). O periódico quer superar a separação das áreas de pesquisa em termos regionais e espacialmente restritos, algo que por muito tempo caracterizou a ciência histórica. O periódico constata que, nas duas últimas décadas, "todas as linhas da tradição historiográfica convergiam para o ponto em que a ascensão do ocidente não era vista nem positiva, nem negativamente". O periódico gostaria

⁵ A citação foi feita a partir de uma resenha do livro de Manning, feita por Gary Kroll no *Journal of World History*, 16 (2005).

de fazer uma verdadeira história global, baseada em “pesquisa séria”. Mais ainda do que o “Journal of World History”, concentram-se os artigos dos três primeiros números no século XIX e especialmente no XX, evitando, todavia, assim como “Journal of World History”, seguir o esquema de modernização ou globalização. Igualmente determinante para a história global e universal é a sua conexão com aspectos históricos sociais e culturais; ambos se ocupam frequentemente com ambos os problemas mencionados da opressão social, no qual se dá especial atenção às relações de gênero, assim como aos conflitos de cunhos classista e étnico. Da mesma maneira, amiúde vem à tona a história da escravidão.

A persistência dos nacionalismos

Apesar da guinada rumo à história global e universal, os nacionalismos continuaram a desempenhar um papel importante em todos os países, ainda que de diferentes formas. Nos países do Leste europeu, o nacionalismo jamais morreu durante o período de domínio soviético, ou foi mesmo somente abafado; ele se ergueu, então, com toda a sua força e utilizou a história como meio de mobilização de identidades nacionais face aos conflitos entre etnias. Frequentemente, a historiografia assumiu também formas mais críticas. Um bom exemplo para isto é o enfrentamento com o passado nacional na Alemanha Ocidental desde os anos sessenta. A reunificação alemã no ano de 1990 fez com que muitos observadores profetizassem um renascimento de antigas posturas nacionalistas e um distanciamento em relação às principais correntes do pensamento histórico ocidental – algo que, porém, não sucedeu; de fato houve opiniões nacionalistas, mas estas eram mais fracas do que em outros países europeus.

A concepção daquilo que constitui uma nação sofreu uma alteração, sobretudo, nos Estados Unidos. Neste sentido, por exemplo, em meados da década de 1990, os “National Standards for United States History” e os “National Standards for World History” criticaram⁶ a adoção, nos programas escolares, da idéia de uma nação unificada, e enfatizaram o pluralismo de culturas étnicas assim como o papel de minorias e mulheres; tais padrões perseguiram uma abordagem que permitisse uma comparação intercultural global. Esta perspectiva não esteve, de modo algum, isenta de controvérsias, como mostrou o debate acalorado que se lhe seguiu, mas foi expressão de uma nova elaboração (*Umdenken*) para a questão sobre o que constitui uma história nacional.

Uma tentativa importante de unir a história nacional e europeia é feita em 2003 por um projeto iniciado pela *European Science Foundation* (cf. BURGER & MYCOCK 2006). O tema de concentração é o desenvolvimento da pesquisa histórica profissional desde o início do século XIX nos países europeus, no qual cada país é analisado singularmente, independentemente se, à época, a unificação nacional já havia sido feita ou sequer almejada. Em cada país foram

⁶ Uma incumbência tarefa do National Center for History in the Schools na University of California at Los Angeles (UCLA). Los Angeles, 1995.

catalogadas as principais instituições de pesquisa, assim como universidades, arquivos, associações profissionais e periódicos, de modo a se obter um amplo panorama europeu.

Apesar desta tendência à europeização e à história global, grande parte da pesquisa histórica na Europa permanece restrita à experiência europeia, ou, sobretudo no Leste europeu, à experiência nacional. Na Alemanha, segundo um estudo recentemente feito, aproximadamente apenas 5% dos historiadores são especialistas em história transcontinental ou extra-europeia. Para ter um termo de comparação: nos Estados Unidos, 34% de todos os docentes em institutos de história e universidades e *Colleges* são especializados em áreas de pesquisa fora da história americana e europeia.⁷

Uma nova compreensão da ligação entre história e ciências sociais

Já antes de 1990 se estabelecera uma distância entre a metodologia das ciências sociais tradicionais, que buscavam uma explicação causal para estruturas e processos, e as então recém criadas ciências da cultura. Estas compreendiam as culturas, nos termos de Clifford Geertz, como "redes de significado", e que as viam, portanto, "não como ciência experimental em busca de leis invariáveis, mas antes como ciência interpretativa em busca de significado" (GEERTZ 1973, p.5)

117

Como notou Lawrence Stone em 1979, a crença central de uma historiografia baseada nas ciências sociais em uma "coerente explicação científica das mudanças no passado" foi seguidamente criticada.⁸ Perante a globalização, os anos noventa vivenciaram, todavia, um novo crescimento das ciências sociais. Em primeiro lugar, deu-se, depois de 1990, uma clara reorientação, que, se não se distanciou da ênfase na cultura e na linguagem, se separou das formas extremas de culturalismo e do primado da linguagem, predominantes nos anos setenta e oitenta, assim como do seu subsequente radicalismo relativista epistemológico. Isto se mostra claramente no curso adotado pela Social Science History Association americana, fundada em 1974. Na primeira edição do periódico organizado pela referida associação, datada de 1976, o editorial destacou a interdisciplinariedade como uma das linhas mestras da associação, mas se mantinha aberta para "análises quantitativas, contanto que apropriadas".⁹ Em 1999 foi dedicado um número especial para os efeitos do pós-modernismo, pós-estruturalismo e do giro lingüístico sobre a mudança na relação entre história e ciências sociais (Cf. BAKER 1999, p.2-5; MONKKONEN 1994, p.161-168). Sob o reconhecimento de um pluralismo metódico, os autores do volume procuraram por meios e caminhos para superar o hiato entre a ciência social analítica e a ciência da cultura. À americana Social Science History Association seguiu-se, nos anos noventa, uma Social Science History Association europeia

⁷ Comparar com SACHSENMEIER, Dominic. *Global History, International History, World History – Assessing the Debate in the US, China and Germany*, a ser publicado em: MIDDELL, Matthias e NAUMANN, Katja (orgs.) **World History Writing in Europe**, Leipzig 2008.

⁸ Cf. nota 4.

⁹ "Editor's Foreword", In: *Social Science History*, 1 (1976), n.1/2.

que organiza conferências em ritmo bienal. No encontro do ano de 2006, foram dadas palestras que correspondiam aos temas supracitados. Os pontos de concentração temática foram: o mundo não-ocidental – África, Ásia, América Latina – assim como etnicidade e migração, gênero e sexualidade, família e demografia, trabalho e desigualdade social, nações e nacionalismos, e, por fim, política, religião e questões teóricas sobre a relação entre história e ciências sociais. Como se lê no *Call for Papers* do encontro de 2008, a associação almeja “reunir pesquisadores que estejam interessados em uma explicação de fenômenos históricos com ajuda de métodos das ciências sociais”. O encontro e a Associação, junto com sua instituição de apoio, o International Institute for Social History em Amsterdã, aumentaram, assim, o raio de abrangência das ciências sociais; diferentemente de muitos representantes pós-modernos das ciências da cultura, eles valorizam, tanto como antes, o papel importante da ciência social analítica.

Na França, o periódico “Annales” alterou em 1994 seu subtítulo de “Economies. Sociétés. Civilisations.” Para “Histoire. Sciences Sociales”, algo sintomático para a re-orientação dada desde 1990. Para a mudança, foi dada a seguinte razão: o subtítulo anterior era muito restrito e que os historiadores não deveriam trabalhar em conjunto somente com sociólogos e economistas, mas também com cientistas de outras disciplinas das ciências do espírito. A bem da verdade, isto os *Annales* sempre fizeram, mas eles deram à sua perspectiva uma outra ênfase. Já no editorial do ano de 1988 e do ano seguinte de 1989, os *Annales* já falavam de uma crise das ciências sociais tradicionais e constatado, que o marxismo, o estruturalismo e a pesquisa social quantitativa, como um todo, já haviam perdido sua capacidade de fundamentação convincente da ciência histórica. Tratava-se, então, de superar o hiato entre micro e macro-história. Isto não significou nenhuma negação das ciências sociais em sua pluralidade, mas antes uma ampliação, uma inclusão de aspectos culturais que até então não haviam recebido atenção suficiente. E isto, portanto, exigiu novos métodos – não somente da geografia, sociologia e antropologia, que, na historiografia dos *Annales*, haviam desempenhado até então o papel principal, mas também aquelas da crítica literária, da semiótica e da filosofia política.¹⁰

O periódico passou a cobrir mais temas do que antes. Depois de 1945, ele evitou por anos trabalhos com temas contemporâneos, que, nos anos 30, ocuparam as suas páginas. Seu interesse pela Idade Média permaneceu firme, mas agora o periódico passaria a publicar também artigos que abordavam o século XIX e especialmente o século XX, e ocasionalmente artigos sobre a Antigüidade. Atenção considerável foi prestada ao mundo não-ocidental, aí incluindo China, Índia, Japão e a África subsaariana. Mas o periódico não enfrentou somente temas ligados à economia e sociedade, mas também temas

¹⁰ “Histoire et sciences sociales, un tournant critique?”, In: *Annales ESC*, 43 (1988), nr. 2, p.291-293. E também: “Histoire et sciences sociales: Tentons l’expérience”. In: idem, 44 (1989), n.6, p. 1317-1323.

ligados à religião; algumas edições, portanto, se ocuparam com os judeus e o judaísmo no passado e no presente. E embora sexualidade e gênero não tenham sido ignorados pelos *Annales* nos anos 90, tais temas não obtiveram um lugar tão central como nos periódicos americanos e também como nos britânicos. Os *Annales* estavam, também, livres de qualquer orientação ideológica, que caracterizou os britânicos "Past and Present" e ainda mais o "History Workshop".

O periódico britânico "History Workshop" foi fundado em 1977 com o objetivo explícito de abrigar trabalhos não somente de pesquisadores acadêmicos bem treinados, mas também outros, oriundos da população operária. O periódico nunca foi bem sucedido o suficiente em atingir este objetivo. Mas a modificação de seu subtítulo foi significativa para a alteração das posições historiográficas e políticas. O subtítulo original, de 1977, era "A Journal of Socialist History", e se transformou, em 1982, para "A Journal of Socialist and Feminist History". Em 1995 abandonou-se este subtítulo com a explicação de que "nos últimos 14 anos, desde a adaptação de nosso subtítulo, as condições políticas, sob as quais nós trabalhamos, mudaram a tal ponto que não são mais reconhecíveis".¹¹ O conceito de sociedade ainda era importante, mas precisou se liberar de sua ligação com as concepções marxistas de sociedade e história.

Esta liberação dos pressupostos marxistas caracterizou também periódicos como o italiano "Quaderni Storici", que, nos anos setenta, introduziu a mudança rumo à "Microstoria". Os periódicos americanos, em sua maioria, nunca se apoiaram em pressupostos marxistas e, a esta altura, também já haviam se liberado da concepção de um triunfo ocidental, ou, para ser mais preciso, americano, como líder da modernização.¹²

119

As ciências sociais e a história da globalização

O debate sobre a globalização remete, em vários sentidos, às discussões anteriores sobre dependência e modernização. A história global, que não pode se ocupar com variadas épocas históricas, naturalmente não é o mesmo que uma história da globalização. A primeira não precisa sempre incluir o Ocidente e, portanto, uma investigação do capitalismo ocidental; a última lida com um processo que, em certo sentido, é uma versão mais complexa da modernização e não restrita ao Ocidente, mas, por outro lado, está ligada de maneira inseparável a este e à expansão do capital financeiro. A história global não necessita de

¹¹ Editorial: "Change and Continuity" in: *History Workshop Journal*, 39 (1995), p.III.

¹² Esta orientação geral vale para periódicos que já abordamos: O *American Historical Review*, o *Journal of Interdisciplinary History*, *Comparative Studies of History and Society*, *Social Science History*, *Social History*, assim como recentemente também o *The Journal of Modern History*, e o *Journal of the History of Ideas*, o destacado e tradicional periódico britânico *English Historical Review*, os não menos destacados e tradicionais periódicos franceses *Revue Historique* e o *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, e o italiano *Nouva Revista Storica* abdicam todos de um parte de seu eurocentrismo e ampliam suas áreas de concentração temática. Isto não pode ser dito, na mesma medida, para o mais antigo periódico de história, o alemão *Historische Zeitschrift*, que se concentra ainda em temas alemães tradicionais e ocasionalmente ultrapassa suas fronteiras nacionais, publicando em dezembro de 2006 um artigo de Manfred Berg sobre o fim da Justiça de Lynch no sul dos Estados Unidos. O *International Review of Social History*, publicado pelo *Institute of Social History* em Amsterdã, manteve a ênfase na classe trabalhadora, ênfase todavia reforçada por uma perspectiva internacional e global. Uma investigação dos dois periódicos mais importantes sobre história latino-americana, o *Hispanic American History Review* e o *Latin American Research Review*, assim como periódicos sobre a história da África, o *Journal of African History* e o *Journal of Modern African Studies*, apontam para uma direção semelhante.

uma teoria claramente definida do desenvolvimento histórico, de nenhuma grande narrativa abrangente; em geral, esta é criticada pela história global como sendo parte do fardo do imperialismo ocidental; a história da globalização, em contraponto, trabalha com um tal modelo narrativo. Ela não o vê como algo necessariamente positivo. Como já foi citado, nos anos setenta e oitenta, André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein e Eric Wolf apontaram os aspectos negativos deste processo sob o ponto de vista da Teoria da Dependência e colocaram a questão porque somente o ocidente conseguiu realizar a mudança para uma sociedade industrial. Na literatura secundária recente, Kenneth Pomeranz, em seu livro "The Great Divergence: China, Europe and the Modern World Economy",¹³ publicado em 2000, parte de uma outra perspectiva para fazer uma objeção contra explicações que se desconsideraram o fato de que, no final do século XVIII, China, Japão e Índia eram economicamente tão desenvolvidos quanto a Europa ocidental, e que a ascensão ocidental à condição de potência mundial não tem a ver com o surgimento de um mercado capitalista mundial na era dos descobrimentos, mas com o advento, bem posterior, da Revolução Industrial. Uma parte significativa da literatura secundária seguiu esta interpretação.¹⁴ As teorias de quase todos estes teóricos da globalização se baseiam, em primeiro lugar, em fatores econômicos. Mas eles também, especialmente Wolf, não descuidaram do efeito cultural de processos globais, mas se concentravam preferencialmente na rede internacional de bens, serviços e finanças e os modelos globais de consumo e produção a ela ligados.

Mas, entretanto, os historiadores se debruçaram tanto sobre a história transnacional quanto a história transcultural, como sobre a história global e universal; mas eles se ocuparam muito pouco com a história da globalização e com a avaliação sobre a atual situação da globalização e qual direção ela toma. O número de investigações sobre globalização aumentou exponencialmente, mas tais investigações são provenientes, sobretudo, das penas de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e, principalmente, economistas. Os historiadores, mesmo os autores de artigos publicados no "Journal of World History" e "Journal of Global History", estão notavelmente menos envolvidos. Esta concentração no lado econômico tem por consequência análises imperfeitas do processo de globalização. Característico disto é uma minuciosa resenha publicada no "Journal of Modern History" de obras sobre história da globalização (LANG 2008, HOPKINS 2000),¹⁵ que mal se ocupam dos efeitos sociais da globalização, e muito menos dos aspectos culturais. Também é digno de nota que este artigo, publicado em um jornal cujo público leitor é formado por historiadores, tinha muito pouco a dizer sobre o trabalho de historiadores. Ali há muitos temas que justamente poderiam ser abordados por historiadores. Ainda estão à espera de uma análise os desenvolvimentos dos últimos quinze anos,

120

¹³ Princeton, 2000.

¹⁴ Cf. ALLEN, Robert C., BENGSTON, Tommy e DRIBE, Martin (orgs.) **Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe**, Oxford 2005; assim como HOPKINS, **Globalization in World History**.

¹⁵ LANG, Michael. Resenha de "Globalization and its History", in: **Journal of Modern History**, 78 (2006), p.899-931; HOPKINS, **Globalization in World History**.

que não seguiram as teorias clássicas de modernização, mas antes ofereciam uma resistência frequentemente violenta contra as modernas condições e hábitos de vida. A globalização não levou, de modo algum, à homogeneidade, muito menos no sentido econômico. A ampliação de uma economia global trouxe consigo mudanças nos comportamentos de consumo no esteio de tradições, hábitos e concepções de vida regionais. Este é um importante ponto de partida para o trabalho de historiadores que podem inserir as mudanças determinadas pela globalização em um contexto global histórico e regional maior.

Como a globalização influenciou a pesquisa e a literatura histórica? Desde 1990 se deu uma internacionalização da pesquisa histórica. Em países não-ocidentais como Japão, Coreia do Sul e Índia, na América Latina e na África Subsaariana, assim como, e cada vez mais (mesmo que de modo mais restrito), a China desde o fim do maoísmo, as investigações históricas operam com conceitos e métodos equivalentes aos ocidentais. Nesta troca de idéias, coube ao espaço anglo-americano um papel chave. Com isto o Ocidente tornou-se, até então, dominante; mas surgiram importantes impulsos provenientes do mundo não-ocidental que determinaram o pensamento histórico em um plano global, como os casos do "subaltern group" indiano e das pesquisas sobre pós-colonialismo. Ao invés, porém, de chegar a conclusões precipitadas, precisamos ver até onde vão as fronteiras da internacionalização da pesquisa e do pensamento históricos. Sobretudo, as idéias ocidentais, a despeito de se originarem em Ranke, no marxismo ou nas variadas ciências sociais, sofreram mudanças. Seria necessária uma investigação da mudança dos efeitos de diferentes concepções e tradições de ciência nas diferentes culturas que aceitaram parcialmente as idéias ocidentais, mas que as alteraram ou nelas inseriram abordagens históricas alternativas oriundas de suas próprias tradições. Vimos como semelhantes tendências historiográficas em países ocidentais como Alemanha, França e os Estados Unidos compreenderam diferentemente entre si tais pensamentos e tradições, e como mesmo dentro deles elas foram recebidas ou mesmo repelidas de maneiras diferentes – um exemplo paradigmático disto é Ranke. E naturalmente as diferenças são ainda maiores quando relacionadas com regiões como o leste asiático e o mundo muçulmano, que possuem uma tradição historiográfica própria. Tudo isto precisa ser levado em consideração em uma história da historiografia com ambições internacionais e interculturais.

É evidente que uma investigação histórica da globalização precisa incluir os papéis de tradições e especificidades locais e a influência sobre as mudanças no mundo moderno. Carecem ainda de análise mais detida os desdobramentos dos últimos 15 anos, que não seguiram as teorias clássicas da modernização, mas que antes ofereceram resistência de natureza frequentemente violenta aos hábitos e condições modernas. Neste caso, recomenda-se prestar mais atenção à questão da necessidade de métodos das ciências sociais que, relegados a segundo plano pelo giro lingüístico nos anos 1970 e 1980, permanecem ainda insubstituíveis como ferramenta para uma análise realista de aspectos globais e especificidades locais do mundo em que vivemos. O giro lingüístico e cultural dos

anos 1970 e 1980 refinou a consciência para a complexidade da existência moderna e de seus inúmeros contextos históricos. Entretanto, o giro lingüístico e cultural frequentemente criticou o rigor lógico exigido em uma investigação das esferas sociais e culturais, o que, por seu turno, demanda um retorno às ciências sociais. Agora, que nos aproximamos do fim da primeira década do século XXI, os fundamentos conceituais e metodológicos das antigas ciências sociais precisam ser repensados. O alcance centrado no ocidente é conspícuo, assim como é restrito o alcance de generalizações e modelos abrangentes que não consideram suficientemente os fatores culturais. De outro lado, uma grande parte do culturalismo e das abordagens linguisticamente orientadas não deixaram de lado somente o significado do contexto social da cultura, mas frequentemente também negaram a própria possibilidade da investigação científica. Trata-se agora de desenvolver abordagens que superem o hiato entre as ciências sociais tradicionais e o culturalismo. Nos últimos anos, esta carência foi mais amplamente reconhecida, mas ainda não há qualquer idéia clara como deva ser uma ciência social integrada que venha a superar este hiato – sobretudo porque uma tal ciência talvez nem chegue mesmo a existir um dia, pois a natureza da pesquisa das ciências sociais e culturais exclui um paradigma tal como Thomas Kuhn o propôs para a física e suas ciências aplicadas.

Um pluralismo das estratégias de pesquisa pode ser muito frutífero. Mas estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade.

122

Referências bibliográficas

- ALLEN, Robert C., BENGSTON, Tommy e DRIBE, Martin (orgs.) **Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe**, Oxford 2005
- ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology: The Rise and Fall of Metaphor**. Berkeley, 1994.
- _____. **Historical Representation**. Chicago, 2002.
- BAKER, Paula. What is Social History, anyway? In: "What is Social Science History?", in: **Social Science History**, 23 (1999)
- BENTLEY, Jerry Bentley. **Shapes of World History in Twentieth Century Scholarship**. Washington, 1996.
- BORNELL, Victoria; HUNT, Lynn. (orgs.) **Beyond the cultural turn: New Directions in the Study of Society and Culture**. Berkeley, 1999.
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe**. 8 vols. Stuttgart, 1972-1997.

- BURGER, Stefan e MYCOCK, Andrew. (orgs.). Europe and its National Histories;. Edição especial da **Storia della Storiografia** 50 (2006).
- DIRLIK, Arif. History without a Center? Reflections on Eurocentrism. In: FUCHS, Eckhardt e STUTCHEY, Benedict. (orgs.) **Across Cultural Borders: Historiography in Global Perspective**. Boulder: Lanham, 2002.
- The Editorial Collective, Why Gender and History. In: **Gender and History**, 1 (1989), n.1, p.1.
- GEERTZ, Clifford **The Interpretation of Cultures**. Nova York, 1973
- HOPKINS, Anthony G.. The History of Globalization – and the Globalization of History? In: _____. (org.) **Globalization in World History**. Londres 2000.
- KROLL, Gary. Resenha do livro de Patrick Manning: Navigating World History: Historians Create a Global Past. **Journal of World History**, 16/2 (2005), 223-227.
- LANG, Michael.. Rezension zu "Globalization and its History", in: **Journal of Modern History**, 78 (2006).
- MANNING, Peter. Navigating World History: Historians Create a Global Past. Nova York, 1993.
- 123 MONKKONEN, Eric H. Lessons of Social Science History. in: **Social Science History**, 18 (1994), n.2.
- NANDY, Ashis. Histories Forgotten Doubles. In: **History and Theory**, 34 (1995), n. 2, p.44-66.
- O´BRIEN, Patrick. Historiographical Traditions and Modern Imperatives for the Restoration of Global History. In: **Journal of Global History**, 1, 2006.
- OSTERHAMMEL, Jürgen e PETERSSON, Niels P. **Geschichte der Globalisierung**. Munique, 2003;
- SACHSENMEIER, Dominic. Global History and Critiques of Western Perspectives. In: **Comparative Education**, 42 (2006), n.3.
- _____. SACHSENMEIER, Dominic. Global History, International History, World History – Assessing the Debate in the US, China and Germany. In: MIDDELL, Matthias e NAUMANN, Katja. (orgs.) **World History Writing in Europe**, Leipzig 2008.
- SMITH, Bonnie. Prefácio a SINHA, Mrinalini. **Gender and Nation in Women´s and Gender History in Global Perspective**. *A Series by American Historical Association´s Committee on Women´s Historians*. Washington DC, 2006.
- SPIEGEL, Gabrielle (org.) **Practicing History**. New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. Nova York, 2005.

STONE, Lawrence. History and Postmodernismus. In: **Past and Present**, 131 (Agosto 1991).

WHITE, Hayden. Einleitung. Die Poetik der Geschichte. In: _____. **Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert im Europa**, Frankfurt/Meno, 1991.